

FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO E DE CAPACIDADE HUMANA EM UM CONTEXTO ELITISTA

Maria Eduarda Lima Souza¹

Reneo Pedro Prediger²

Palavras-chave: Neoliberalismo; Desigualdades Sociais; Educação; Formação Cidadã.

INTRODUÇÃO

O conceito de capital humano, desenvolvido por Schultz (1973), discute a educação como forma de aumentar e melhorar a produtividade dos trabalhadores, ou seja, para além da terra, homens-hora e capital físico reproduzível, a riqueza de uma nação depende, também, da formação humana e do conhecimento de seus cidadãos. Por outro lado, Sen (2010) avalia a formação das capacidades humanas, através de uma educação mais completa, capaz de ampliar o senso crítico e político da sociedade, de modo a contribuir não apenas com a produtividade, mas também para com o desenvolvimento humano, comunicação e capacidade de argumentação.

Com a expansão do neoliberalismo, a ideia de uma formação voltada ao mercado de trabalho – capital humano – ganha mais força frente à formação humana integral – capacidade humana. Para Laval (2019), a escola está a serviço das empresas, tornando a educação mais um produto do mercado. E, conforme apontamentos de Souza (2022), uma vez que a elite domina também as universidades e escolas, a educação se volta ao capital.

Desta forma, o presente trabalho busca apresentar, através de uma revisão bibliográfica, reflexões acerca da formação de capital humano em um contexto neoliberal frente à formação de capacidades humanas na educação brasileira.

DESENVOLVIMENTO

¹ Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, maria.limasouza@estudante.uffs.edu.br

² Doutor em Desenvolvimento Regional – Unijuí, Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul, reneo@uffs.edu.br.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, elaborada através de revisão bibliográfica, baseada em autores clássicos e contemporâneos acerca do capital humano, neoliberalismo, educação e desigualdades sociais. As referências utilizadas foram artigos científicos publicados em periódicos, livros e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que abordam as temáticas.

A teoria do capital humano formulada por Schultz (1973) compreende a educação como investimento capaz de elevar a produtividade individual e promover o crescimento econômico. Entretanto, com a consolidação da ideologia neoliberal, essa concepção passou a ser apropriada de maneira mais restrita, reduzindo a educação à preparação para o mercado de trabalho e à obtenção de vantagens competitivas individuais.

Na perspectiva neoliberal, conforme Laval (2019), cada indivíduo é responsável pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando as condições sociais de origem, destacando que: “O neoliberalismo escolar resultou, na verdade, numa verdadeira guerra entre classes para entrar nas “boas escolas” de um sistema escolar e universitário cada vez mais hierarquizado e desigualitário.” (Laval, 2019, p. 19).

Nesse modelo concorrencial, escolas e universidades competem entre si por desempenho, financiamento e prestígio, e os alunos também disputam as vagas nas instituições que apresentam os maiores indicadores, se submetendo a processos seletivos que excluem aqueles que vêm de origens historicamente desfavorecidas.

Conforme apontado por Souza (2022), a elite exerce influência sobre diferentes instituições, como meios de comunicação, universidades e até mesmo os partidos políticos, através de uma “legitimação” obtida por uma ciência, que os permite ocupar o poder através do “mérito” – para eles, como todas as injustiças já foram superadas, a meritocracia é utilizada como justificativa para estar onde estão, descartando a existência de privilégios. E, no Brasil, quando governos populares chegam ao poder e começam a ofertar políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais, esta mesma elite encontra uma forma de deslegitimá-los, denunciando-os como corruptos e imorais.

Esta “violência simbólica” se dá através do saque da “inteligência brasileira”, que convence os pretos, mestiços e pobres de serem corruptos e imorais, e, por serem assim, elegem políticos como eles. Contudo, a elite que é contra políticas que buscam reduzir as desigualdades sociais, é a mesma que usufrui e sempre usufruiu de privilégios políticos, afinal, é ela quem comanda grande parte da estrutura do sistema (Souza, 2022).

No Brasil, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo buscar o desenvolvimento da pessoa, qualificação para o trabalho e exercício da cidadania, conforme garante a Constituição Federal de 1988. Contudo, Ristoff (2003) apontava a universidade direcionada para um seleto grupo de estudantes, pertencentes à elite. Ristoff (2014) afirmou que a educação superior brasileira vinha criando importantes mecanismos para o acesso de grupos historicamente excluídos. Ainda, Sguissardi (2015), Bertolin, Fioreze e Barão (2024) argumentam que existe uma alta qualificação para a elite e baixa qualificação para as massas. Ou seja, embora tenham sido criadas políticas públicas para ampliar o acesso ao ensino superior, a qualidade e a permanência nem sempre são garantidas para todas as classes.

RESULTADOS, AVANÇOS E REFLEXÕES

A partir da ideia neoliberal, a educação deixa de ser um direito social e passa a ser uma mercadoria, um investimento privado, seguindo uma lógica de empregabilidade, competição e eficiência (Laval, 2019), o que dialoga com a ideia de formação de capital humano de Schultz (1973), direcionando a educação para formação ao mercado de trabalho.

Por outro lado, Sen (2010) afirma que o desenvolvimento não pode ser direcionado apenas ao crescimento econômico ou ao aumento da renda, que ele também consiste na expansão das capacidades humanas. Nessa perspectiva, a educação atua como um agente que amplia os conhecimentos, a autonomia, fortalece a democracia e possibilita o exercício da cidadania.

Contudo, o que vemos na prática, é uma formação mais voltada ao capital humano, para gerar mão de obra mais qualificada e produtiva para o mercado de trabalho. Percebe-se isso no Brasil através da reforma do ensino médio, que conforme apontamentos de Oliveira (2020), foi direcionada para satisfazer as necessidades do capital e da elite, a fim de formar indivíduos mais produtivos e econômicos: “Ficou mais evidenciado o desejo das elites nacionais de submeterem a escola a uma lógica de produtivismo e de estímulo à formação de sujeitos econômicos, não dando a mínima atenção ao presente desses jovens” (Oliveira, 2020, p.15).

Essa discussão aproxima-se das reflexões de Souza (2022) e permite compreender como essa racionalidade neoliberal favorece a manutenção de privilégios históricos das elites brasileiras. O autor (2022) critica a dominação da elite em diferentes frentes,

inclusive na educação, pois influencia em decisões, processos e formações que beneficiam a si mesmos. Esta elite também se direciona a meritocracia como meio para obter sucesso e fracasso, desconsiderando quaisquer origens de desigualdade social dos indivíduos. Deste modo, a desigualdade deixa de ser um problema estrutural e passa a ser atribuída às escolhas individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROJEÇÕES

O estudo apresentado permite concluir que a formação de capital humano, quando apropriada pela lógica neoliberal, tende a reduzir a educação à dimensão econômica, priorizando a formação de mão de obra qualificada, produtiva e competitiva, frente à formação cidadã e crítica dos estudantes. Nesse sentido, a meritocracia, tão evidenciada pelo neoliberalismo, contribui para reproduzir as desigualdades sociais entre as classes, responsabilizando cada indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando quaisquer privilégios.

Em contraposição, a abordagem das capacidades humanas proposta por Sen (2010) oferece uma formação capaz de recolocar a educação como direito social e agente para a promoção da liberdade, fortalecimento da democracia e desenvolvimento humano. Em diálogo com as críticas de Laval (2019) e Souza (2022), torna-se possível compreender que o neoliberalismo transforma direitos em investimentos individuais, reforçando mecanismos de exclusão social.

E, embora o Brasil tenha avançado na democratização do acesso à educação por meio de diferentes políticas públicas, a dominação elitista nos meios de decisão ainda faz com que permaneçam desafios relacionados à permanência, qualidade e educação para diferentes classes e origens sociais.

O trabalho limita-se à utilização de referências bibliográficas, não contemplando a coleta e análise de dados empíricos. Para estudos futuros, sugere-se aprofundar as investigações e ampliar a análise para outros países além do Brasil.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Julio; FIOREZE, Cristina; BARÃO, Fabio Roberto. Educação Superior e Desigualdade Educacional no Brasil: Herança Elitista em Contexto de Expansão do Acesso. **Horizontes**, Itatiba, v. 42, n. 1, p. 1-19, 23 out. 2024.
<https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1688>

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jul. 2026.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- OLIVEIRA, Ramon de. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, p. 1-20, 26 fev. 2020. 10.4013/edu.2020.241.05.
- RISTOFF, Dilvo Ilvo. O Novo Perfil do Campus Brasileiro: Uma Análise do Perfil Socioeconômico do Estudantes de Graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772014000300010>
- RISTOFF, Dilvo Ilvo. Políticas para a Educação Superior no Brasil: deselitização e desprivatização. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 9, p. 1-14, mai/ago. 2003. <https://doi.org/10.7213/rde.v4i9.6488>
- SCHULTZ, Theodore William. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 12ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out/dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155688>.
- SOUZA, Jessé. **Brasil dos Humilhados: uma denúncia da ideologia elitista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.